

O CONCELHO DE CAMINHA EM 1828

POPULAÇÃO E AGLOMERADOS DOMÉSTICOS

AURORA BOTÃO REGO*

Resumo: *A vila de Caminha e o seu concelho encontravam-se numa posição marítimo-fluvial privilegiada. Cedo, viram a sua importância estratégico-militar ser reconhecida, sendo a sede do termo agraciada com o seu primeiro foral em 1284, ao qual se seguiram outros privilégios no sentido da salvaguarda das terras recém-conquistadas e na defesa fronteiriça. Reconhecida igualmente por uma assinalável atividade mercantil até finais do século XVII, na centúria seguinte registou-se um declínio gradual, fruto do assoreamento da barra do rio Minho que impediu lentamente o transporte das mercancias até Valença. Neste movimento de lenta decadência e, no dealbar das primeiras rebeliões miguelistas, em 1828 foram elaboradas listas de Ordenanças em todo o concelho, onde constam todos os fogos por freguesia. Apesar da reduzida dimensão do concelho e da sua aparente uniformidade, a análise individual de cada comunidade revelou uma diversidade significativa.*

Neste contexto, é nosso objetivo efetuar a caracterização individual de cada freguesia ao nível da caracterização das chefias de fogo, bem como, recorrendo à tipologia de Cambridge, verificar a existência ou não de um padrão dominante no tocante à estrutura interna dos fogos.

Palavras-chave: *Ordenanças; Agregados domésticos; Tipologia de Cambridge; Estrutura dos fogos.*

Abstract: *The town of Caminha and its county, located in a privileged sea-river setting, were from early times recognized for their strategic military importance. The town was awarded its first charter in 1284, which was followed by other privileges intended to safeguard the newly conquered lands and provide border defence. Also recognized for its significant commercial activity until the end of the seventeenth century, the following century witnessed a gradual decline due to the silting of the river Minho bar that slowly prevented the transport of merchandise to Valencia.*

In this process of gradual decline, and on the eve of the first Miguelist rebellions, in 1828 lists of Ordinances were prepared across the county, recording every household in the parish. Despite the county's small size and apparent uniformity, the individual analysis of each community revealed a significant diversity.

In this context, this paper intends to depict each parish individually by characterizing the heads of households and, based on the Cambridge typology, to verify whether a dominant pattern can be identified in the internal structure of the households.

Keywords: *Ordinances; Households; Cambridge typology; Household structure.*

1. OBJETIVOS, FONTES E MÉTODOS

Até à realização do primeiro recenseamento oficial ocorrido em 1864 e que obedecia a critérios uniformizados e europeus, não existia uma fonte exata para a quantificação dos habitantes das freguesias portuguesas. Esta quantificação é viável, na medida do possível, com recurso a listas nominativas de residentes, tais como róis de confessados, recenseamentos militares e religiosos. Fundamentalmente, era a igreja, ao nível de cada paróquia, que detinha a informação sobre os seus fregueses e que, em última instância, fornecia estimativas aproximadas ao poder régio.

No estudo demográfico levado a cabo sobre Vila Praia de Âncora (antiga paróquia de Santa Marinha de Gontinhães), segundo o método de reconstituição de paróquias

* Universidade do Minho /CITCEM. Email: aurorarego@gmail.com.

(AMORIM, 1991), procedemos a uma aproximação da sua população e dos seus agregados domésticos a partir das listas de Ordenanças de 1828 (REGO, 2013: 337-349). Com vista a estimarmos a população do concelho de Caminha em idêntica data, recorreremos à mesma fonte documental. Encontrando-se o reino às portas de uma eminente guerra civil, esta listagem reveste-se de claros propósitos militares, causa da omissão de alguns elementos relativos ao universo feminino. As listas dos habitantes recenseados incluem os seguintes dados: enumeração das casas existentes em cada freguesia (habitadas ou não) e a distinção dos fogos; o nome das respetivas chefias masculinas ou femininas, compreendendo todos os descendentes e residentes masculinos para efeitos de alistamento; a idade, restringida aos homens; o estado civil masculino, assinalado de forma sistemática e, no caso feminino, confinado às celibatárias ou às viúvas, como cabeças de casal; as profissões masculinas. A complementar as informações sobre os diferentes agregados domésticos (ainda que apresentando algumas lacunas), surgem as seguintes indicações: naturalidade dos habitantes, filiação dos descendentes, data de alistamento e um campo para observações (estado das habitações, incapacidade física para o recrutamento e para o exercício de funções militares, mudanças de residência, mobilidade e destinos, óbitos ocorridos entre o levantamento dos indivíduos (1828) e o alistamento militar (1831)). Na análise de alguns indicadores, não poderemos ter em conta os dados lacunares relativos às freguesias das Argas, nem tão pouco ao conjunto formado pelas paróquias de Gondar/Orbacém/Dem, dado que a área geográfica do lugar de Dem se dividiu, até 1968 (data da sua formação como freguesia), entre as freguesias de Gondar e de Orbacém.

Dada a ausência de dados relativamente aos indivíduos do sexo feminino que não chefiavam fogos, aplicámos o cálculo da dimensão média de 4 h/fogo para os numeramentos de 1758 e 1828. Estudos indicam uma média de 3,8 h/fogo no Alto Minho nos finais do século XVIII. Nos concelhos do litoral de Viana do Castelo e de Caminha, pode chegar a uma dimensão média superior a 4h/fogo e, no que diz respeito à micro-análise paroquial, pode inclusive atingir até 5 h/fogo nas «freguesias ribeirinhas, contíguas à linha de água» (SOUSA & ALVES, 1997: 39). Para as freguesias de Âncora e de Vila Praia de Âncora, utilizámos os dados resultantes de estudos já elaborados (ROWLAND, 1981 e REGO, 2013). Relacionámos ainda a percentagem de fogos desabitados com fatores tais como a interioridade, mobilidade e atividades socioprofissionais dos residentes.

Para a caracterização das chefias de casal em cada freguesia e no concelho, privilegiámos o estudo de alguns indicadores, tais como a distribuição segundo o género, o estado civil e a naturalidade, a distribuição dos cabeças de casal masculinos por grupos de idades e por profissões.

No sentido de analisar a estrutura interna dos fogos recenseados em 1828, adoptámos a tipologia da Escola de Cambridge (LASLETT & HAMMEL, 1974), que estabelece cinco categorias de fogos: 1) isolados; 2) agregados não conjugais; 3) agregados familiares simples; 4) agregados familiares alargados; e 5) agregados familiares múltiplos. Esta tipologia foi adaptada à realidade portuguesa (ROWLAND, 1981) que, dentro das classes previstas, obrigou ao acrescento de subclasses, como por exemplo, a classe 5b em 5b (i) e em 5b (ii), que poderão refletir práticas sucessórias por linha masculina ou feminina respetivamente.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE CAMINHA

Em 1260, tinha sido concluída a muralha primitiva da vila de Caminha, sob a égide de D. Afonso III, destacando-se no seu conjunto a denominada Porta de Viana, antiga torre de menagem. A sede concelhia marcava assim a sua importância estratégicomilitar, bem como o investimento régio na salvaguarda das terras recém-conquistadas, na defesa fronteiriça e na vontade de impulsionar a sua economia.

Em consequência da sua expansão, o rei D. Dinis outorgou-lhe foral em 24 de julho de 1284, sendo-lhe atribuído o foral novo em 1 de junho de 1512 pelo rei D. Manuel I. Desde 1444 até 1525, Caminha foi sucessivamente beneficiada com privilégios inerentes a couto de homiziados, visto que a Vila se encontrava «muito minguada de gente e despovoada», (ALVES, 1985: 95).

A sua posição geográfica privilegiada – na desembocadura dos rios Minho e Coura, na fronteira com Galiza e na passagem fluvial para os restantes concelhos da raia altominhota – foi fundamental para a sua rápida expansão socioeconómica e mercantil até pelo menos meados do século XVIII. Esta expansão é visível pelo continuado esforço régio na sua defesa, construindo sucessivas linhas de muralha até inícios da mesma centúria. Entretanto, a cerca velha deixou de comportar toda a população da vila. Autoridades, mercadores e oficiais administrativos foram paulatinamente ocupando a área adjacente extramuros, enquanto os pescadores se acomodaram ao longo do arruamento principal que atravessava a vila.

Nas Inquirições de 1258, Caminha surge como cabeça de julgado, englobando as paróquias de Riba d'Âncora, Moledo, Cristelo, Vila Praia de Âncora, Argela, Orbacém, Venade, Varais, Caminha, Vilarelho, Bulhente e Gondar. Por sua vez, Vilar de Mouros, Seixas, Lanhelas e Âncora andavam adstritos a concelhos limítrofes. Ao longo do tempo, as fronteiras do concelho de Caminha foram sofrendo alterações, conforme as várias reorganizações administrativas e religiosas se foram sucedendo. Em paralelo, várias freguesias se formaram ou se desmembraram. Na Serra d'Arga, nasceram, a partir do século XV, as paróquias de Arga de Cima e Arga de Baixo. A paróquia de Varais desmembrou-se em duas – Azevedo e Vile, em inícios do século XVII. Nas Ordenanças de 1828, andavam ainda afetas ao concelho de Caminha as paróquias de Sopo, Pedrulhos e Traz-Âncora (atualmente pertencentes aos concelhos de Vila Nova de Cerveira e de Viana do Castelo) e que não foram analisadas. Com a Reforma Administrativa de 1836, o concelho de Caminha adquiriu a configuração atual, com a área total de 129,66 km².

O pequeno glaciar que se fez sentir a partir de meados do século XVIII ditou uma redução significativa da atividade marítima de longo curso (ABREU, 1987: 55-85). O rio Minho sofreu um assoreamento importante e as grandes embarcações começaram a sentir dificuldades em entrar na barra, gradualmente impedidas de navegar rio acima. A atividade económica iniciou assim um ciclo de contração.

Esta situação foi continuamente descrita pelos párocos nas Memórias Paroquiais, bem como as condições climáticas adversas para a prática agrícola, base da economia de subsistência das populações rurais. O milho constituía a principal fonte de alimentação,

com toda a espécie de legumes, hortícolas e, mais tarde, com a batata, algum vinho, peixe de rio e de mar. A densa malha hidrográfica fornecia águas abundantes aos habitantes dos vales do Coura e do Âncora, quer para consumo, quer para o regadio, quer para o acionamento de moinhos.

3. POPULAÇÃO E FOGOS

A partir do levantamento do número de residentes e de fogos existentes nas diferentes freguesias, foi possível efetuar uma aproximação à população total do concelho de Caminha em 1828 (Tabela 1). Utilizámos ainda as estimativas da população assinalada nas Memórias Paroquiais de 1758 e nos censos de 1801 (SOUSA & ALVES, 1997) e de 1849 (SILVEIRA, 2001), para efeitos de enquadramento e de análise da evolução populacional.

Tabela 1: Evolução do número de fogos habitados e de residentes no concelho de Caminha

FREGUESIA	POPULAÇÃO				FOGOS			
	1758	1801	1828	1849	1758	1801	1828	1849
Âncora	537	579	647	635	127	120	128	134
Arga de Baixo	180	207	244	251	51	46	48	53
Arga de Cima	162	177	164	154	41	32	31	34
Arga de S. João	117	114	126	129	29	22	23	24
Argela	380	291	323	476	96	88	65	87
Azevedo	90	121	143	161	23	26	29	36
Caminha	833	1180	1445	1888	335	335	325	410
Cristelo	168	153	181	194	40	33	38	41
Dem	---	---	332	---	---	---	64	---
Gondar	210	336	155	358	74	64	31	65
Vila Praia de Âncora	771	842	916	1066	219	196	180	229
Lanhelas	850	566	588	730	120	129	126	160
Moledo	801	585	735	662	182	155	141	148
Orbacém	483	479	231	618	125	105	47	110
Riba d'Âncora	540	546	756	739	136	127	133	129
Seixas	1285	1139	1596	2055	274	229	353	407
Venade	606	642	609	852	158	150	129	175
Vilar de Mouros	782	713	533	746	188	152	118	169
Vilarelho	233	263	202	270	60	64	44	70
Vile	169	180	214	183	42	39	39	39
Total	9197	9113	10140	12167	2320	2112	2092	2520

Fontes: A.N.T.T., Memórias Paroquiais (1758); SOUSA e ALVES, 1997; A.M.C., Ordenanças de Caminha, SILVEIRA, 2001.

Verificou-se que, no conjunto da população concelhia, houve uma taxa de crescimento anual médio negativo de 0,02% entre 1758 e 1801, elevando-se positivamente para 0,4% entre 1801 e 1828 e consolidando-se, com maior vigor, entre 1828 e 1849, com 1%.

De uma densidade demográfica inicial de 70,9 h/km² em 1758, desceu para 70,3 em 1801, evoluiu para 78,2 em 1828, e para 93,8 h/km² em 1849. Estes valores refletem uma evolução populacional lenta no concelho, até 1828, e relativamente favorável entre 1828 e 1849.

Face aos evidentes excedentários humanos, ao sistema prevalecente de minifúndio e aos travões colocados na repartição da propriedade, o concelho de Caminha viu grande parte dos seus residentes masculinos partir em migrações de curta, média ou longa distância. Para o aumento destes movimentos de mobilidade (que já se vinha a sentir desde o século XVIII) concorreram a queda da mortalidade e o aumento das taxas de natalidade, em associação com a falta de alternativas económicas capazes de fixar as populações às suas comunidades.

Se considerarmos o número total de fogos, apesar da diversidade de fenómenos própria de cada freguesia, registamos que se verificou uma descida gradual do seu número até 1828, com recuperação em 1849, devido à evolução populacional positiva.

Na Figura 1, apresenta-se o número de fogos desabitados. Este número reflete, na medida do possível, a maior ou menor mobilidade das populações existentes em cada freguesia. A média geral concelhia – 17,6% – corresponde a cerca de um quinto da totalidade das habitações e está associada à estagnação populacional ocorrida até 1828.

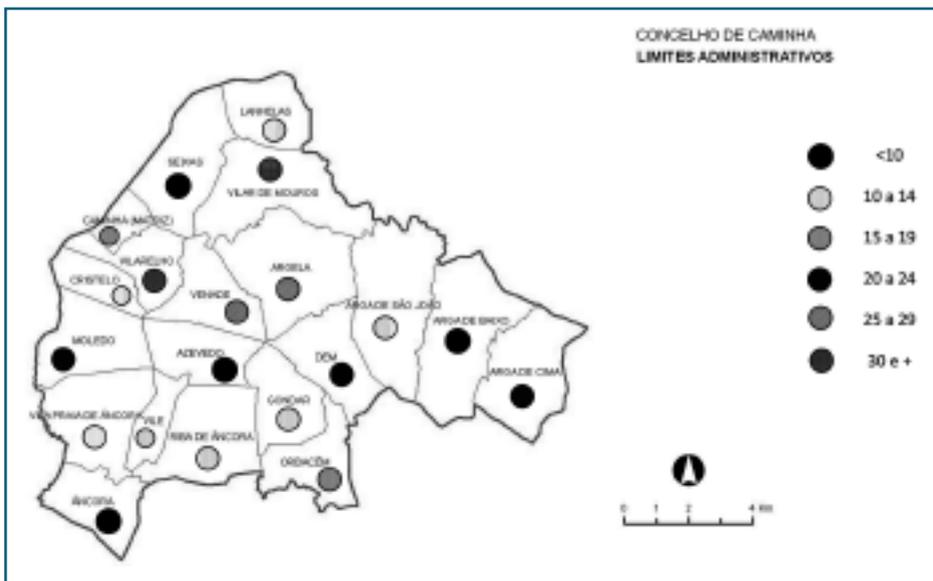


Figura 1 – Fogos desabitados no concelho de Caminha (1828) .

Fonte: A.M.C., Ordenanças de Caminha; ROWLAND, 1981; REGO, 2013.

Do conjunto das freguesias, observou-se a maior percentagem de casas desabitadas em Vilarelho (41,3%), Vilar de Mouros (33,3%), Argela (29,3%) e Venade (26,3%). Estas comunidades caracterizavam-se pela existência de grandes quintas e de trabalho à jorna, contribuindo para abastecer o mercado alimentar da sede concelhia. As condições de trabalho da mão-de-obra assalariada e a pobreza das populações rurais fomentaram a fuga de gerações de descendentes.

No extremo oposto, encontramos Seixas (8,1% de casas desabitadas), cuja população vivia da pesca fluvial e marítima, complementada por serviços de transportes de mercadorias entre as margens do rio Coura e, por conseguinte, fixada ao mar/rio.

O conjunto formado pelas paróquias de Lanhelas (14,9%), Vila Praia de Âncora (13,5%), Vile (11,4%), Riba d'Âncora (10,7%), Azevedo (9,4%) e Âncora (9,2%), caracterizava-se pela existência de uma economia de subsistência e de trabalho especializado nas artes da pedraria, o que permitia uma relativa estabilidade dos aglomerados populacionais.

Em Caminha, o decréscimo da atividade mercantil pode justificar a concentração de 16% de fogos desabitados. Este valor encerra, contudo, realidades distintas dentro da vila – 74,1% das casas desabitadas foram detetadas nas ruas mercantis, observando-se que nas artérias onde viviam pescadores prevaleceu a estabilidade populacional e de residência.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS CHEFES DE FOGO

Importa agora procurar caracterizar as chefias de fogo quanto ao género, estado civil, idade, profissões, de forma a encontrar indícios que apontem para possíveis causas relacionadas com a apatia populacional registada no concelho de Caminha em 1828. A partir dos dados resultantes da Tabela 2, verificamos, como seria de esperar, que a maioria das chefias de fogo pertencia ao sexo masculino (76%).

Tabela 2: Distribuição dos chefes de fogo do concelho de Caminha por género e estado civil

Sexo	SOLTEIROS		CASADOS		VIÚVOS		INDET.		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	94	40,2	1106	99,8	114	27,8	275	80,9	1589	76,0
Mulheres	140	59,8	2	0,2	296	72,2	65	19,1	503	24,0
Total	234	100,0	1108	100,0	410	100,0	340	100,0	2092	100,0

Fontes: A.M.C., *Onde nascemos em Caminha*; ROWLAND, 1981; REGO, 2013.

A proporção de chefias casadas, de ambos os sexos, representou 53,3% do total, restando 11,1% para solteiros, 19,4% para viúvos e 16,2% para indivíduos sem referência ao estado civil.

No que concerne à repartição por sexos segundo o estado civil, face a uma quase exclusividade de homens casados à frente dos agregados domésticos (99,8%), foi detetado

um predomínio de chefias femininas, quer na qualidade de celibatárias (59,8%) quer na qualidade de viúvas (72,2%). Este cenário remete-nos para um quadro típico de Antigo Regime, cujos mecanismos autorreguladores continuaram a produzir efeitos em 1828 – mobilidade masculina, celibato definitivo feminino por força de um mercado nupcial desequilibrado e viuvez das mulheres. Neste último caso, este fenómeno resultava, em grande medida, das condições de trabalho no exterior dos maridos e de epidemias que alastravam nas grandes obras de construção (REGO, 2013: 168-170 e 224-229). Esta situação originava a morte precoce dos homens e a maior longevidade das mulheres, limitadas ao perímetro do espaço interparoquial.

Tabela 3: Distribuição dos chefes de fogo por género (%)

FREGUESIA	CHEFES DE FOGOS	
	HOMENS	MULHERES
Vile	59,0	41,0
Cristelo	60,5	39,5
Moledo	61,7	38,3
Arga de S. João	65,2	34,8
Âncora	67,2	32,8
Caminha	72,3	27,7
Vila Praia de Âncora	73,9	26,1
Arga de Baixo	79,2	20,8
Lanhelas	80,2	19,8
Vilarelho	81,8	18,2
Arga de Cima	83,9	16,1
Seixas	84,1	15,9
Argela	84,6	15,4
Venade	86,0	14,0
Azevedo	89,7	10,3
Vilar de Mouros	89,8	10,2
Média	75,7	24,3

Fontes: A.M.C., *Odenanças de Caminha*; ROWLAND, 1981; REGO, 2013.

Em concordância, observando a Tabela 3, podemos constatar que, por norma, as freguesias onde se detetou um maior movimento migratório relacionado com o setor da construção foram as mesmas onde a concentração de chefias masculinas se apresentou mais baixa. Neste conjunto, destacaram-se Âncora, Moledo, Riba d'Âncora, Vile ou Vila Praia de Âncora. Em contrapartida, assistiu-se em Arga de São João ao escoamento de jornaleiros através da comarca de Ponte de Lima, como podemos verificar pelas saídas visadas dos passaportes internos (REGO, 2013: 242), enquanto a atividade mercantil e

portuária secular de Caminha, que se encontrava em decadência, propiciava o desinvestimento dos negócios.

Se nos detivermos na Tabela 4 e, em particular, nas chefias masculinas de fogo com idade conhecida (cujo número registado foi maioritariamente superior ao dos chefes de unidades familiares dependentes, ou seja, 1594 e 292, respetivamente), verificamos que as idades médias mais elevadas foram observadas, regra geral, nas freguesias onde a mobilidade atingiu contornos mais intensos. Da fuga dos mancebos e do fraco estabelecimento de famílias mais jovens conclui-se que a mobilidade se transformou numa variável demográfica que interferiu decisivamente nos comportamentos coletivos das populações.

Tabela 4: Idade média das chefias masculinas (anos)

FREGUESIA	CHEFES DE FOGO	CHEFES DE UNIDADES FAMILIARES DEPENDENTES
Seixas	39,9	30,6
Gondar	43,8	37,8
Vilarelho	44,1	37,0
Argela	45,1	28,4
Dem	45,1	34,9
Caminha	45,2	28,1
Arga de Baixo	45,3	30,7
Orbacém	47,1	40,3
Vilar de Mouros	47,1	32,3
Arga de S. João	47,2	36,4
Lanhelas	48,6	30,1
Cristelo	49,1	29,4
Venade	49,4	30,4
Riba d'Âncora	49,5	33,8
Moledo	49,6	46,6
Arga de Cima	49,8	29,4
Azevedo	52,0	51,3
Vila Praia de Âncora	53,0	34,4
Âncora	54,0	32,3
Vile	54,4	34,0
Média	48,0	34,4

Fontes: A.M.C., *Memórias de Caminha*; ROWLAND, 1981; REGO, 2013.

Em Seixas, observaram-se as mais baixas idades médias devido à permanência na paróquia dos pescadores e dos barqueiros que, à semelhança da maioria das comunidades marítimas, casavam mais precocemente e não possuíam hábitos de emigração sazonal ou definitiva. Em Caminha, devido à existência de duas comunidades socioprofissio-

nais distintas, essa diminuição de idades não foi tão visível nas chefias de fogos, mas sim nos agregados domésticos dependentes cujos chefes de família pertenciam à comunidade marítima.

A Tabela 5 apresenta a distribuição socioprofissional dos chefes dos agregados domésticos do género masculino nas diferentes comunidades do concelho de Caminha. Desta análise foram excluídas as mulheres chefes de fogo, devido à inexistência de referências acerca dos seus ofícios na fonte utilizada.

Como seria expectável, o concelho de caminha caracterizava-se, em 1828, pelo domínio claro de uma economia de subsistência (63,4%), visível, em particular, nas já referidas freguesias serranas (Arga de Baixo e Arga de Cima), e nas freguesias mais próximas da zona de influência do aglomerado urbano de Caminha, inseridas no Vale do Coura (Argela, Vilarelho, Venade).

Tabela 5: Distribuição dos chefes de fogo por setores de atividade (%)

FREGUESIA	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	INDET.
Âncora	61,7	28,9	5,5	3,9
Arga de Baixo	87,0	0,0	4,3	8,7
Arga de Cima	91,2	0,0	0,0	8,8
Arga de S. João	45,5	0,0	4,5	50,0
Argela	76,1	17,9	4,5	1,5
Azevedo	62,1	20,7	17,2	0,0
Caminha	50,0	17,3	27,6	5,1
Cristelo	67,9	14,3	7,1	10,7
Dem	64,9	3,5	3,5	28,1
Gondar	64,5	25,8	6,5	3,2
Lanhelas	46,9	13,3	4,4	35,4
Moledo	55,7	33,0	0,9	10,4
Orbacém	81,8	0,0	11,4	6,8
Riba d'Âncora	48,5	28,4	2,2	20,9
Seixas	25,4	9,6	28,8	36,2
Vila Praia de Âncora	51,5	37,0	9,1	2,4
Venade	87,5	3,9	3,9	4,7
Vilar de Mouros	67,3	28,3	0,0	4,4
Vilarelho	80,0	2,5	7,5	10,0
Vile	52,9	35,3	0,0	11,8
Média	63,4	16,0	7,4	13,2

Fontes: A.M.C., *Ordenanças de Caminha*; ROWLAND, 1981; REGO, 2013.

Considerando o setor secundário, verificou-se a sua prevalência nas comunidades localizadas a sul de Caminha, em particular no vale do Âncora (Vila Praia de Âncora, Vile, Moledo, Âncora, Riba d'Âncora). Os seus chefes de fogo assumiam profissões como mestres canteiros, pedreiros, carpinteiros, artistas, caiadores e outros ofícios ligados à arte da construção. O peso do setor terciário apresentou-se meramente residual, à exceção da comunidade de Seixas (28,8%), onde a profissão do barqueiro adquiriu importância. Estes profissionais asseguravam a ligação terrestre entre as praças militares a partir de Caminha, facilitando a passagem de pessoas e de bens entre as margens do rio Coura, devido ao assoreamento do rio Minho. Neste setor de atividade, destaca-se a existência de militares posicionados estrategicamente no forte da Lagarteira, em Vila Praia de Âncora, e no forte da Ínsua, na desembocadura dos rios Minho e Coura. Outros oficiais dispersavam-se ao longo do percurso interior que de Ponte de Lima se dirigia para Santiago de Compostela (via Orbacém/ Azevedo). Em Caminha, os militares distribuíram-se pelas várias artérias, cabendo aos chefes de fogo com ofícios relacionados com o normal funcionamento do município (saúde, justiça, advocacia, notariado, alfândega) um peso considerável.

Tendo em conta que a evolução populacional do concelho de Caminha se manifestou praticamente nula até 1828 (cf. Tabela 1) e a importância dos vários setores de atividade nas diferentes freguesias, podemos confirmar, através da Figura 2, que os chefes de fogo eram maioritariamente oriundos da sua própria comunidade. No âmbito concelhio, excetuam-se apenas Argela, Vila Praia de Âncora, Âncora e Caminha, com mais de 15% de cabeças de casal de origem exogâmica.

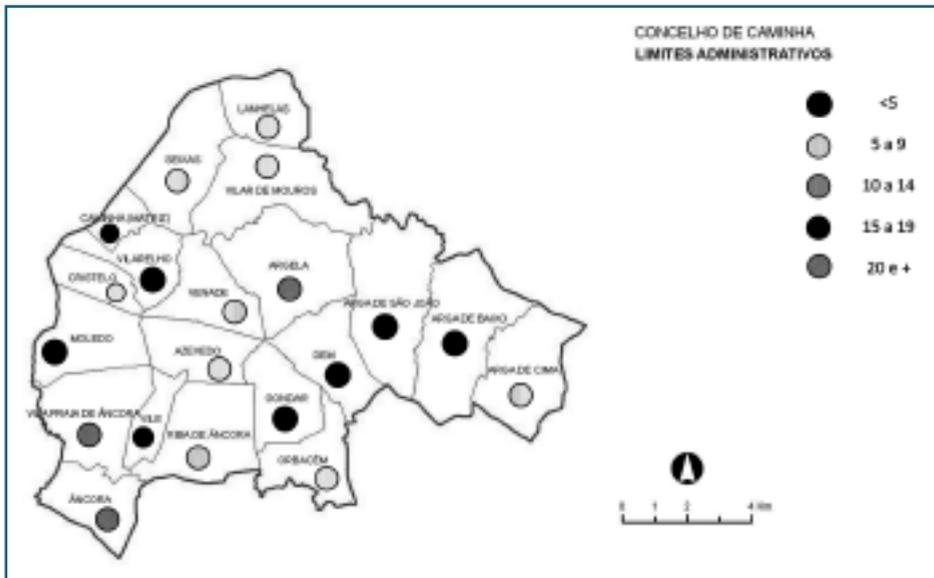


Figura 2 – Origem exogâmica dos chefes dos agregados domésticos (%)

Fonte: A.M.C., *O Ideneças de Caminha*; ROWLAND, 1981; REGO, 2013.

A freguesia de Argela iniciava ou fomentava uma nova atividade económica (produção de cal) e atraía mão-de-obra das paróquias vizinhas. Caminha, sede do concelho, graças à sua posição geográfica, diversidade de negócios e parcerias económicas continuava a assumir-se como pólo de atratividade sobre o exterior, a julgar pelo número de indivíduos oriundos de portos nacionais e da vizinha Galiza, por exemplo, que nela se fixaram. A forte mobilidade vivenciada pelas populações masculinas de Âncora e Vila Praia de Âncora potenciou o casamento interparoquial entre famílias que partilhavam saberes ligados à pedraria.

Em Vila Praia de Âncora, o desenvolvimento da pesca e dos banhos terapêuticos contribuiu sobremaneira para este fenómeno (REGO, 2013: 40-43). Com efeito, a descoberta das «águas férreas» e a sua aplicação em terapias dermatológicas e reumáticas encontraram-se assinaladas desde finais do século XVIII. A prática dos banhos terapêuticos, frios ou quentes, recomendada para «professores de Medicina e enfermos», expandiu-se desde meados dessa centúria, visto que através deles «se podem curar algumas enfermidades (...) como as queixas cutâneas, mas também os que padecem de gota, tanto inflamatória, como edematosa, reumatismos, debilidades do estômago, do útero, e dos membros» (REIS, 1779: 80-95). Em descrição local (PEREIRA, 1818) relatou-se o seguinte:

Ao entrar no Mar chama-se ali Moureiro, sítio bom para os banhos d'água salgada, que aí tomam gente de várias terras, assim como as águas férreas de duas fontes que se acham da outra parte, descobertas em 1790 e aprovadas por vários médicos e também os referidos banhos daqui resulta uma grande soma que esta gente deixa de alugueis de casas e viveres que gastam em Gte.

Estudos médicos (SILVA, 1839: 96; CARVALHO, 1841: 308-309) destacaram a existência de uma «nascente entre Viana e Caminha, usada nas doenças do estômago» e «águas férreas» na freguesia de Âncora. A prática dos banhos terapêuticos ficou igualmente sinalizada por óbitos dos seus frequentadores, como no caso de Francisco José do Santo Elias, religioso carmelita de Tuy e conventual na cidade de Sevilha, que em 18 de Setembro de 1821, «estando a banhos de mar morreu afogado»¹.

O cruzamento de diversas fontes documentais permitiu ainda detetar, no caso da produção testamentária, o aluguer de casas para esse efeito. No testamento de Maria Alves Antunes de 1833, ficou expressa a divisão de bens pelos vários herdeiros, entrando na partilha o valor correspondente ao «aluguer de casas dos banhos de 9\$600 réis»².

ESTRUTURA INTERNA DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS

No sentido de analisar as estruturas familiares dos grupos domésticos, onde habitavam indivíduos que se uniam por laços de parentesco, laços funcionais (quando o fogo se assu-

¹ A.D.V.C. – Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora, Livro de Óbitos n.º 6, fl. 40.

² A.M.C. – Registos de testamentos, Cota 1.1.1.3.

mia como uma unidade de trabalho/consumo) ou laços espaciais (em regime de coresidência), recorreremos à referida tipologia de Cambridge. Temos como propósito conhecer o modelo de agregado dominante e, no seio de cada fogo, apurar quem vivia com quem.

Tabela 6: Estrutura interna dos agregados domésticos do concelho de Caminha

CATEGORIAS	CLASSES E SUBCLASSES	N	%
1 – Isolados	1.a – Viúvos	133	6,0
	1.b – Solteiros	159	7,5
	Total	292	13,5
2 – Agregado não conjugal	2.a – Irmãos	7	0,5
	2.b – Outros parentes	8	0,3
	2.c – Sem parentesco evidente	14	1,2
Total	29	2,0	
3 – Agregado familiar simples	3.a – Casal sem filhos	574	24,6
	3.b – Casal com filhos	556	26,2
	3.c – Viúvos com filhos	26	1,5
	3.d – Viúvas com filhos	140	7,0
	3.e – Solteiras com filhos	41	2,4
Total	1337	61,8	
4 – Agregado familiar alargado	4.a – Alargamento ascendente	35	1,8
	4.b – Alargamento descendente	2	0,2
	4.c – Alargamento lateral	17	0,6
	4.d – Combinações 4.a-4.c	19	1,2
Total	73	3,8	
5 – Agregado familiar múltiplo	5.a – Unidade secundária ascendente	1	0,0
	5.b i) – Unidade secundária descendente na linha masculina	73	4,0
	5.b ii) – Unidade secundária descendente na linha feminina	137	7,2
	5.c – Unidade secundária lateral	1	0,0
	5.d – Frêres	28	2,4
5.e – Outras combinações	8	0,4	
Total	248	14,1	
6 – Estrutura Indeterminada		113	4,9
Total		2092	100,0

Fontes: A.M.C., *O ordenanças de Caminha*; ROWLAND, 1981; REGO, 2013.

Dada a impossibilidade de reproduzir, de forma individual para as 20 freguesias, o conjunto integral das classes e subclasses próprias da tipologia de Cambridge, incidiremos a nossa atenção, numa primeira fase, na análise da estrutura interna dos agregados domésticos para a totalidade do concelho de Caminha (Tabela 6). Importa salientar que, dada a natureza da fonte, o universo feminino que não chefiava aglomerados domésticos foi desvalorizado, circunstância que poderá introduzir alterações pontuais na classificação dos agregados.

Verificamos que os fogos associados às categorias 1 e 2 concentraram um total de 15,5%. Como seria de esperar, encontrámos o predomínio dos agregados familiares simples (61,8%) e, nesta categoria, os casais com filhos. Tal como se verificou entre o século

XVII e o século XIX noutros países europeus, a família nuclear era dominante. Considerando alguma diversificação regional, a sua proporção oscilou em Inglaterra entre 69% e 83%, no Norte de França entre 76% e 85,8%, na Córsega entre 67,4% e 74,7% e no Sul de França entre 50,8% e 54,7% (FLANDRIN, 1976: 240-242).

Seguem-se as categorias dos agregados familiares alargados e múltiplos, totalizando 17,9% da realidade concelhia, enquanto os fogos com estrutura indeterminada registaram uma concentração de 4,9%.

Apesar da aparente conformidade dos valores relativos ao concelho de Caminha com os encontrados noutros estudos (PEREIRA, Gaspar, 1996; SCOTT, 1999; ROWLAND, 1981), se tivermos em conta a microanálise interparoquial, os dados obtidos no seio do concelho de Caminha revelam diversidades significativas, resultantes da economia e da estrutura socioprofissional dominantes de cada comunidade, como é possível verificar nas tabelas seguintes.

Tabela 7: Estrutura interna dos agregados domésticos na vila de Caminha

CATEGORIAS	ZONA RESIDENCIAL (pescadores)		ZONA RESIDENCIAL (burguesia, negócios e serviços)		ZONA RESIDENCIAL HÍBRIDA (negócios pescadores, barqueiros)	
	N	%	N	%	N	%
	1 – Isolados	31	22,0	26	24,3	14
2 – Agregado não conjugal	2	1,4	1	0,9	2	2,6
3 – Agregado familiar simples	99	70,2	71	66,4	50	64,9
4 – Agregado familiar alargado	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5 – Agregado familiar múltiplo	7	5,0	6	5,6	4	5,2
6 – Indeterminado	2	1,4	3	2,8	7	9,1
Total	141	100,0	107	100,0	77	100,0

Fontes: A.M.C., *Orcenanças de Caminha*.

Agregando os vários arruamentos da vila de Caminha em três áreas principais de residência – a comunidade de pescadores, a sul; a cerca velha e área central extramuros onde residia a burguesia ligada aos negócios e serviços; e a zona norte, onde conviviam indivíduos com profissões diversificadas – concluímos que o agregado familiar simples adquire maior expressividade no seio das famílias de pescadores, devido à sua fixação ao meio e ao ambiente (Tabela 7). Esta prevalência torna-se superior na freguesia de Seixas (Tabela 8) onde as atividades ligadas à pesca e ao transporte fluvial predominavam sobre as demais. A família nuclear desta comunidade apresenta agora uma proporção de 76,5% da totalidade dos agregados familiares.

Tabela 8: Estrutura interna dos agregados domésticos em comunidades piscatórias

CATEGORIAS	COMUNIDADE PISCATÓRIA DE CAMINHA		SEIXAS	
	N	%	N	%
1 – Isolados	31	22,0	31	8,8
2 – Agregado não conjugal	2	1,4	1	0,3
3 – Agregado familiar simples	99	70,2	270	76,5
4 – Agregado familiar alargado	0	0,0	5	1,4
5 – Agregado familiar múltiplo	7	5,0	27	7,6
6 – Indeterminado	2	1,4	19	5,4
Total	141	100	353	100

Fontes: A.M.C., Ordenanças de Caminha.

A análise das variações ganha pertinência se analisarmos os dados referentes às três paróquias localizadas em plena serra d'Arga. Isoladas e com acessos muito reduzidos, os seus habitantes dedicavam-se à pastorícia e os elementos masculinos deslocavam-se em migrações sazonais como jornaleiros. Os redactores das Memórias foram pródigos na descrição da serra envolvente, relatando que era «muito agreste» e que não se descobria mais que montes circunvizinhos, sem povoação alguma» onde se apascentavam «bestas e vacas e gado miúdo e caça, perdizes, coelhos e lebres, lobos e raposas, tudo em quantidade».

Tabela 9: Estrutura interna dos agregados domésticos em comunidades serranas

CATEGORIAS	ARGA DE S. JOÃO		ARGA DE BAIXO		ARGA DE CIMA	
	N	%	N	%	N	%
Isolados	5	21,7	9	18,8	2	6,5
Agregado não conjugal	1	4,3	1	2,1	2	6,5
Agregado familiar simples	11	47,9	27	60,3	17	54,8
Agregado familiar alargado	1	4,3	1	2,1	2	6,5
Agregado familiar múltiplo	5	21,7	9	18,8	7	22,6
Indeterminado	0	0,0	1	2,1	1	3,2
Total	23	100	48	100,0	31	100,00

Fontes: A.M.C., Ordenanças de Caminha.

Considerando os resultados obtidos na Tabela 9, observamos que a concentração relativa às famílias nucleares se reduz (entre 47,9% e 60,3%), para, em contrapartida, ascender a proporção de agregados isolados e múltiplos. Esta tipologia de unidades familiares, em concordância com a altitude e isolamento geográfico das diferentes comunidades, parece assumir-se como mecanismo próprio de sobrevivência em meio inóspito. Assiste-se a um processo de reagrupamento familiar em unidades complexas, como é o caso da existência de várias unidades do tipo *frèreche*.

Nesta linha de análise, comparando paróquias específicas dos vales do Coura e do Âncora, é possível detetar estruturas familiares distintas, como resposta à especificidade socioprofissional do conjunto dos seus habitantes (Tabelas 10 e 11).

Tabela 10: Estrutura interna dos agregados domésticos em comunidades rurais

CATEGORIAS	VILARELHO		VENADE		ARGELA	
	N	%	N	%	N	%
Isolados	6	13,6	12	9,4	5	7,7
Agregado não conjugal	0	0,0	0	0,0	1	1,5
Agregado familiar simples	34	77,3	102	79,7	47	72,3
Agregado familiar alargado	0	0,0	3	2,3	1	1,5
Agregado familiar múltiplo	4	9,1	11	8,6	10	15,4
Indeterminado	0	0,0	1	0,8	1	1,5
Total	44	100	129	101	65	100

Fontes: A.M.C., *Odeanças de Caminha*.

Os habitantes das freguesias de Vilarelho, Venade e Argela, localizadas em áreas agrícolas férteis onde se encontravam implantadas quintas com vastas propriedades, abasteciam, *grosso modo*, a sede concelhia quanto às suas necessidades alimentares. Os ofícios de lavradores, jornaleiros, moleiros e *albencos* ascendiam a mais de 80% do total, razão pela qual a mobilidade masculina se apresentaria mais reduzida. Visto que as limitações de acesso à propriedade por via da herança não se colocavam (esta encontrava-se na posse de um reduzido número de proprietários e a maioria dos residentes detinha pequenas courelas de terra para consumo próprio), preponderava a família nuclear, onde residiam rendeiros, caseiros e pequenos lavradores.

Tabela 11: Estrutura interna dos agregados domésticos em comunidades de lavradores/pedreiros

CATEGORIAS	MOLEDO		ÂNCORA		V. P. ÂNCORA		RIBA D'ÂNCORA		VIDE	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Isolados	29	20,6	28	21,9	19	10,6	14	10,5	5	13,2
Agregado não conjugal	2	1,4	1	0,8	4	2,2	1	0,8	1	2,6
Agregado familiar simples	62	44,0	70	60,3	99	55,0	65	48,9	16	42,1
Agregado familiar alargado	5	3,5	15	11,7	23	12,8	6	4,5	1	2,6
Agregado familiar múltiplo	26	18,4	11	8,6	30	16,7	32	24,1	10	26,3
Indeterminado	17	12,1	3	2,3	5	2,8	15	11,3	5	13,2
Total	141	100,0	128	100,0	180	100,0	133	100,0	38	100

Fontes: A.M.C., *Odeanças de Caminha*; ROWLAND, 1981.

A informação sobre as profissões dos residentes masculinos das cinco paróquias do Vale do Âncora constantes na Tabela 11 indica uma forte prevalência no campo da construção, como já foi referido. O casamento entre as famílias detentoras dos saberes próprios da arte da pedraria foi encontrado com base nas reconstituições das paróquias vizinhas de Vila Praia de Âncora e de Âncora (REGO, 2013; LAGIDO, 2004), deduzindo-se a existência de uma ampla zona de influência interparoquial contígua Neste âmbito, a mais baixa proporção de agregados familiares simples (entre 42,1% e 60,3%) resulta fundamentalmente da necessidade de uma reorganização ou de um reagrupamento familiar mais alargado e mais complexo, de forma que, às mulheres e aos descendentes, ficasse assegurada a proteção familiar na ausência das chefias masculinas.

Confirmando esta perspectiva, o relato do pároco das memórias paroquiais de Riba d'Âncora reforçou o cenário de mobilidade intensa que se fazia sentir nessa época, dizendo que «saem da freguesia todos os homens a trabalhar por Lisboa e fora do Reino e se recolhem todos os anos com algum dinheiro para ajudar a sustentar a família e somente ficam em casa os homens velhos, por não poderem trabalhar». Neste contexto, as mulheres organizavam-se na gestão da unidade doméstica, assumindo todas as tarefas domésticas e produtivas. Este tipo de organização feminina permitia aos homens, inculturados em unidades domésticas matrilocais, um menor constrangimento no afastamento e na ausência prolongada. O facto de, nas aldeias vizinhas, esta realidade ser idêntica, facilitava igualmente a deslocação, a mobilidade e a ausência masculinas (BATALHA, 2003: 97-117). Este padrão comportamental atuará no Minho com reflexos nos sistemas de herança e distribuição da propriedade, com preferência clara pelas herdeiras (REGO, 2013: 325-336).

Deste ponto de vista, no Concelho de Caminha, é possível identificar se nos agregados familiares múltiplos (onde corresidiam famílias de ascendentes e de descendentes) as unidades secundárias descendentes eram chefiadas por filhos ou filhas (Tabela 12).

Tabela 12: Transmissão das chefias dos fogos por via masculina e feminina

AGREGADOS FAMILIARES MÚLTIPLOS	N	%
5.a – Unidade secundária ascendente	1	0,4
5.b i) – Unidade secundária descendente na linha masculina	73	29,4
5.b ii) – Unidade secundária descendente na linha feminina	137	55,2
5.c – Unidade secundária lateral	1	0,4
5.d – Frèresches	28	11,3
5.e – Outras combinações	8	3,3
Total	248	100

Fontes: A.M.C., *O Concelho de Caminha*; ROWLAND, 1981.

Da análise dos dados, confirma-se que, num total de 248 agregados múltiplos, em 55,2% dos casos, as unidades secundárias descendentes pertenciam a filhas das chefias de fogo, enquanto 29,4% a filhos. Registamos ainda um número significativo de unidades da subclasse *frèreche*, onde à cabeça se encontravam várias chefias, normalmente, masculinas. Nesta situação, encontravam-se, fundamentalmente grupos funcionais, ligados a unidades de produção (pescadores/barqueiros), embora se tivesse detetado também esta tipologia nas paróquias serranas, denotando um esforço económico ou estratégico de sobrevivência, face ao isolamento e interioridade geográficas.

A representatividade destes agregados complexos – agregados familiares alargados e agregados familiares múltiplos – variou significativamente de país para país e de região para região. Nas populações do Antigo Regime foram detetadas grandes variações no que se refere à frequência dos agregados complexos. Entre os séculos XVII e XIX, foram detetadas percentagens pouco significativas na Europa do noroeste (entre 4,1% e 17%), oscilando na Europa meridional entre 25,4% e 41,7% (ROWLAND, 1981: 221-222).

Neste contexto, para o total do concelho de Caminha, foi assinalada uma média de 17,9%, porém, como vimos, esta proporção variou conforme as atividades económicas, o regime de propriedade, o isolamento das populações, como resposta às necessidades de cada freguesia. Confrontando a anterior Tabela 6, observaram-se as concentrações mais baixas de agregados complexos em Caminha, Seixas e Vilarelho (entre 5,2% e 9,1%) e as mais altas em Vila Praia de Âncora, Arga de Cima e Vile (entre 28,9% e 29,4%).

Tabela 13: Estrutura dos agregados domésticos complexos por região

REGIÃO	ÁREA	%
Norte	20 freguesias - concelho de Caminha (1828)	17,9
	Freguesia da Montaria (1827)	15,8
	Freguesia de Ronfe (1829)	9,2
	Freguesia da Cedofeita - Porto (1847)	11,9
Centro	23 freguesias do Bispado de Coimbra (1801)	11,9
	Figueira da Foz (1838)	13,0
	Freguesia de Oeiras (1806)	9,8
Sul	Freguesia de Ficalho - Serpa (1839)	2,6
	Freguesia de Quelfes - Olhão (1835)	4,5

Fontes: A.M.C., *O desenvolvimento de Caminha*; PEREIRA, Gaspar Martins, 1996; SCOTT, Ana Sílvia, 1999; ROWLAND, Robert, 1981.

Se considerarmos o território nacional (Tabela 13), na região Norte destaca-se uma tendência para uma maior frequência de agregados complexos, sobretudo nas regiões rurais do Alto Minho. Na região Centro, foram encontrados valores intermédios e, nas freguesias da região Sul, os valores são claramente inferiores e residuais.

Como podemos verificar, existe uma acentuada clivagem entre o Norte/Centro e a região Sul. Observando as distribuições desiguais destes aglomerados, parece confirmar-se a existência de variações regionais dentro do país, variações que se podem relacionar

com a maior ou menor extensão da propriedade e, conseqüentemente, com a existência de práticas sucessórias distintas. O minifúndio do Norte e o latifúndio do Sul conduziriam à formação de diferentes aglomerados domésticos que responderiam de uma forma distinta às necessidades dos regimes de propriedade, dos sistemas de produção agrícola e da densidade populacional de cada região.

No Norte, a existência de um maior número de aglomerados complexos é uma conseqüência de diversos fatores, tais como a permanência no seio da família dos ascendentes e dos celibatários, a não divisibilidade da pequena propriedade e o excedente de mão-de-obra. No Sul, o predomínio de famílias nucleares foi ditado pela grande extensão da propriedade, favorável à formação de grupos domésticos independentes e autônomos, onde não existiam constrangimentos ao nível de herança nem de excesso de mão-de-obra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arrolamento resultante das Ordenanças de 1828 do concelho de Caminha situa-se no fim do ciclo político e económico de Antigo Regime e antes do início das guerras liberais, da implantação de novas políticas reformistas e do início da industrialização. Este arrolamento permitiu captar e descrever as estruturas populacionais e dos agregados domésticos de então. Apesar de se tratar do mesmo concelho, as freguesias apresentaram diferenças que se encontravam associadas a um conjunto heterogêneo de exigências e necessidades que se articulavam diretamente com o meio geográfico, atividades profissionais, sistema e posse da terra e à mobilidade das populações masculinas.

No que concerne à sua população, verificou-se que, até 1828, subsistiu uma estabilidade populacional, associada a uma diminuição do seu número de fogos. Este quadro reflete a existência de perto de 20% de fogos desabitados.

Dada a natureza militar da fonte, na chefia dos agregados domésticos encontravam-se maioritariamente elementos masculinos casados, se bem que celibatárias e viúvas representassem uma proporção assinalável como cabeças de casal. A observação das idades médias das chefias masculinas remete-nos para uma estreita articulação entre os fluxos migratórios sentidos, em diversos níveis nas várias comunidades e a especialização socioprofissional predominante em cada uma. Enquanto, por norma, no vale do Coura prevaleciam as atividades ligadas ao setor primário, no vale do Âncora foi assinalada uma complementaridade entre uma economia de subsistência e uma forte presença do setor ligado à construção. O setor terciário, com peso residual, ficou marcado pela presença de militares e ofícios ligados à crescente burocratização dos serviços na sede concelhia.

Verificada a reduzida diversificação económica do concelho, a natureza endogâmica dos chefes de casal predominou de forma muito significativa, à exceção do que aconteceu em algumas freguesias onde se encetavam novas atividades.

Recorrendo à tipologia de Cambridge para caracterizar a estrutura interna dos agregados domésticos, como seria expectável, detetou-se o predomínio do agregado familiar simples. Contudo, a análise diferencial levada a cabo entre a vila de Caminha, comunida-

des piscatórias e serranas, entre freguesias rurais e outras com atividades profissionais diversificadas, permitiu compreender que a proporção dos diferentes tipos de agregados domésticos se articulava e respondia às exigências próprias de cada comunidade. Neste âmbito, importa ainda referir que a existência de agregados múltiplos, onde se detetou o predomínio de unidades secundárias por linha feminina, veio confirmar a prevalência, no Minho, de um padrão comportamental que tendia a beneficiar as herdeiras, consequência da intensa mobilidade masculina.

Tendo estabelecido uma comparação a nível do território nacional quanto à incidência dos agregados domésticos complexos, constatou-se o seu predomínio no Norte, reflexo da subdimensionamento da propriedade, dos sistemas de produção agrícola e da elevada densidade populacional.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alberto Antunes (1987) – *Aspectos da crise climática dos séculos XVI-XVIII no Noroeste de Portugal*. «Cadernos Vianenses», n.º 10, Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 55-85.
- ALVES, Lourenço (1985) – *Caminha e o seu concelho*, Caminha: Câmara Municipal de Caminha.
- AMORIM, Maria Norberta (1991) – *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos paroquiais portugueses*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», IX, 1, p. 7-25.
- BATALHA, Luís (2003) – *Descodificando o Parentesco*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia - Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia» vol. 43 (3-4), Porto: Faculdade de Ciências do Porto, p. 97-117.
- CARVALHO, António Joaquim de (1841) – *Topografia médica do Distrito de Viana do Castelo*. «Annaes do Conselho de Saúde Pública do Reino», Lisboa: Imprensa Nacional.
- CARVALHO, Manuel Raimundo Serra de (1984) – *Forais de Caminha*, Caminha: Câmara Municipal de Caminha.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1987) – *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*, Paris: Hachette.
- LAGIDO, Emília Pereira (2004) – *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e Sociedade*, Braga: Universidade do Minho, Dissertação de mestrado.
- LASLETT, Peter; HAMMEL, Eugene (1974) – *Comparing Household Structures Over Time and Between Cultures*. «Comparative Studies in Society and History», n.º 16, Berkley: University of California, p. 73-109.
- PEREIRA, Gaspar Martins; CORREIA, Luís Grosso (1996) – *Casamento e Condição Social no Porto Oitocentista*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II Série, vol. 13, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 473-488.
- REIS, Cristóvão dos (1779) – *Reflexões experimentaes methodico-botanicas, muito uteis, e necessárias para os Professores, e Enfermos divididas em duas partes*, Lisboa: Officina Typografica.
- REGO, Maria Aurora Botão Pereira do (2013) – *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família*, Vila Praia de Âncora: Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.
- PEREIRA, Manuel José Martins (s/d) – *Cópia textual duma biografia e mapa feito em 1818 por Preza*, n/p.
- ROWLAND, Robert (1981) – *Âncora e Montaria, 1827. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças*. «Perspectivas sobre o Norte de Portugal», Porto: Studium Generale, p. 199-242.
- (1997) – *População, Família, Sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*, Oeiras: Celta.
- SANTOS, Carlota (2008) – *Biodemografia do concelho da Madalena: estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico*, Madalena: Município da Madalena do Pico.
- SILVA, A. L. Ribeiro da (1839) – *Topografia médica do Distrito de Viana do Castelo*. «Annaes do Conselho de Saúde Pública do Reino», Lisboa: Imprensa Nacional.

- SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999) – *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Braga: Universidade do Minho.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (2001) – *Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*, 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (1997) – *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos*, Lisboa: Editorial Presença.

FONTES

- A.D.V.C. – *Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora*, Livro de Óbitos n.º 6, fól. 40.
- A.M.C. – *Livros de Registo dos Fogos, e Moradores no Districto da 1ª Companhia da Capitania Mór das Ordenanças de Caminha, Impressão Régia*, 1828, 4 vols..
- A.M.C. – *Registos de testamentos*, cota 1.1.1.3.
- A.M.P.L. – *Livros de registos de passaportes internos*, 1804 – 1823, cotas 2.2.5-Cx. 4-2; 2.4.1.24 e 2.4.1.25.
- A.N.T.T. – *Feitos da Coroa*. Foral de Caminha de 1284, Núcleo Antigo 438.
- A.N.T.T. – *Memórias Paroquiais*, docs. 4-70, 71, 5, 73; 5-71; 8-61; 11-312; 17-68; 19-55; 23-167; 26-35; 31-79; 34-107; 39-123 e 170; 41-296, 313.
- Código Administrativo Portuguez* (1837), Lisboa: Imprensa da Rua de São Julião.